

## O Espaço Físico de uma Escola Infantil: um Olhar da Gestão para a Acessibilidade<sup>1</sup>

JANDER LUCIA OLIVEIRA DE ALMEIDA

Pós-graduanda do Curso de Especialização em Gestão de Projetos do  
Instituto Braulo Cardoso de Mattos - FaSerra  
Prof. Dr. Eng. DAVID BARBOSA DE ALENCAR  
Professor Orientador; Doutor do Instituto Braulo Cardos de Mattos –  
FaSerra

### Resumo:

*A Educação Infantil, apesar de ser considerada a primeira etapa da Educação Básica, ainda enfrenta o desafio de estabelecer a sua própria identidade educativa e, com isso, criar uma ação diferenciada que não “escolarize” a criança. No século XXI, novas demandas apresentaram-se à educação com ênfase no fazer, no trabalho e na ação, adaptando o homem às novas rotinas da sociedade industrial. O fazer torna-se a tônica da ação educativa e o tempo destinado às atividades pedagógicas passa a ter um lugar de destaque, a esse respeito torna-se necessário que a Gestão Escolar tenha a preocupação com relação a acessibilidade das crianças nestas instituições de Ensino, sendo este o objetivo geral deste estudo. No tangente a metodologia está será esboçada de forma descritiva tendo caráter exploratório, no tangente a abordagem da problemática essa foi qualitativa, com relação aos procedimentos técnicos esses se deram de duas maneiras: a primeira fase foi bibliográfico, já a segunda foi elaborada através de um estudo de caso em uma escola da rede pública municipal da cidade de Manaus/AM. Por fim, podemos salientar que as escolas na cidade de Manaus passam por um momento de transição e superação de certas concepções construídas ao longo de sua história. Assim, investidos na condição de que a escola como ambiente educativo*

---

<sup>1</sup> The Physical Space of a Child School: A Look from Management to Accessibility

*inclusivo requer condições que garantam o acesso e a participação autônoma de todos os alunos às suas dependências e atividades de formação, e está deve assegurar essas condições é um dos motes dos educadores e demais profissionais que atuam nessas escolas.*

**Palavras-Chave:** Gestão; Educação Infantil; Acessibilidade.

### **Abstract**

*Preschool education, despite be considered the first stage of basic education, still faces the challenge of establishing its own educational identity and thereby create a different action than “escolarize” the child. In the twenty-first century, new demands presented to the education with an emphasis on doing, at work and in action, adapting to new routines man of industrial society. The doing becomes the keynote of educational activity and the time devoted to teaching activities now has a prominent place in this connection it is necessary that the school management has a concern about the accessibility of children in these education institutions, which is the aim of this study. In regard to methodology is outlined will be descriptively with exploratory character and tangent approach to this problem was qualitative, with respect to these technical procedures is given in two ways: the first phase was literature, while the second was drawn up by a case study at a school of public health system of the city of Manaus/AM. Finally, we point out that schools in Manaus go through a time of transition and overcome certain conceptions built throughout its history. Thus, invested on condition that the school as an inclusive educational environment requires conditions that ensure access and autonomous participation of all students to its facilities and training activities, and is to ensure these conditions is one of the mottos of educators and other professionals working in these schools.*

**Keywords:** Management; Childhood Education; Accessibility.

## **1. INTRODUÇÃO**

Este artigo visa sustentar a importância da acessibilidade nas Escolas de Educação Infantil, trazendo um estudo de caso realizado nos meses de Agosto e Setembro de 2019 em uma instituição de ensino da rede

municipal da cidade de Manaus/AM, visando sempre à melhoria dos serviços públicos prestados aos cidadãos, por meio de planejamentos estratégicos, permitindo assim uma maior participação social dos mesmos.

Com base na preocupação acima supracitada, necessita-se entender e compreender o significado e a do que seja Educação Infantil, por essa razão, essa pesquisa descreve primeiramente que a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, ela estabelece as bases da personalidade humana, da inteligência, da vida emocional, da socialização. As primeiras experiências da vida são as que marcam mais profundamente a pessoa.

De dentro contexto cabe recordar que a Educação Infantil é apresentada na atual legislação brasileira como a primeira etapa da educação básica, onde a prática pedagógica deve favorecer a construção do conhecimento das crianças de 0 a 6 anos de idade, agregue-se a esse comentário um trecho dos estudos de Filho (2016, p. 25), onde o autor menciona que “quando pensamos na realidade de nossas escolas e o que esperamos delas, nos colocamos em buscas de realizações”.

Ancorado nessa perspectiva surge o problema a ser analisado nesse estudo: O espaço físico da escola infantil possui acessibilidade as crianças? Para responder a este questionamento o objetivo geral dessa pesquisa está em descrever via autores a relevância da Gestão Pública no planejamento estratégico junto as escolas de Educação Infantil. Para tanto este foi dividido nos específicos: (I) Delinear os principais pressupostos acerca da Educação Infantil; (II) Identificar o papel da Gestão estratégica na Administração Pública na educação; e, (III) Analisar qual o papel da administração pública na educação.

Ao sabor da discussão que estamos desenvolvendo pontua-se ainda que o trabalho com crianças pequenas exija dos profissionais que atuam na educação infantil uma dinâmica didática envolvente, sedutora, pois crianças nessa faixa etária (0 a 5 anos) tem ainda um curto tempo de concentração o que exige do professor todo um trabalho de envolvimento para atrair as crianças para as suas propostas de atividades, portanto a necessidade de se observar a acessibilidades destas crianças junto a instituição de ensino.

## **2. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO**

Governo, administração pública e gestão pública são termos que andam juntos e, muitas vezes, são confundidos, embora expressem conceitos diversos nos vários aspectos em que se apresentam. Deve-se ressaltar nesse estudo a diferença entre a Gestão pública e a administração pública, que podem ter certa semelhança em relação aos seus sinônimos, contudo em suas acepções específicas delineadas para o setor público, existente algumas diferenças de que devem ser destacadas, como a seguir:

Administração Pública: Instrumento de ação do Estado, estabelecido com o propósito de possibilitar o cumprimento de suas funções básicas, sobretudo as relativas à realização dos serviços indispensáveis à satisfação das necessidades coletivas. Conjunto de processos por meio dos quais os recursos públicos - materiais, humanos, financeiros e institucionais – são utilizados para a implementação das políticas públicas e a realização de obras e serviços demandados pelas necessidades coletivas (BRASIL, 2012, s.n).

Continua:

Gestão Pública: Prática de atos fundados na competência legal para gerir uma parcela do patrimônio público, sob a responsabilidade de uma determinada unidade. Aplica-se o conceito de gestão a fundos, entidades supervisionadas e a outras situações em que se justifique a administração distinta (BRASIL, 2012, s.n).

No entanto, torna-se essencial abordar e dar ênfase quanto aos aspectos da administração pública, tendo em vista ser um dos temas principais deste artigo. O conceito de administração pública é amplo e complexo. A ausência de uma definição clara e consistente do termo Administração Pública, decorre da diversidade de sentidos da própria expressão, quer pelos diferentes campos por meio dos quais se desenvolve a atividade administrativa, nessa linha de raciocínio Pereira:

Em que pesem essas limitações, pode-se argumentar que a administração pública, num sentido, designa o conjunto de serviços e entidades incumbidos de concretizar as atividades administrativas, ou seja, da execução das decisões políticas e legislativas. Assim a administração pública tem como propósito a gestão de bens e interesses qualificados da comunidade no âmbito dos três níveis de

governo: federal, estadual ou municipal, segundo preceitos de Direito e da Moral, visando o bem comum (2015, p. 62).

Arrematando a isso Bobbio (*apud* Pereira, 2015), em seu sentido mais abrangente, a expressão Administração Pública designa o conjunto de atividades diretamente destinadas à execução das tarefas ou incumbências consideradas de interesse público ou comum, numa coletividade ou numa organização estatal.

Na história da administração pública, ocorreram fatos marcantes e significantes, que contribuíram para mudanças consideráveis na mesma, no entanto, todas essas reformas na administração pública direcionam para um único objetivo: o bem comum da coletividade administrada. Sendo assim, toda atividade do gestor público deve ser orientada para esse objetivo. Retomando-se aos estudos de Pereira tem-se:

Outro fato ocorrido foi a criação pelo governo federal do Decreto-lei nº 200, de 1967, o qual definiu novos rumos para a administração pública, por exemplo, a autonomia de gestão, descentralização administrativa do aparelho do Estado, com a expansão da administração indireta, por meio da criação de empresas estatais. “A consequência dessas mudanças no aparelho do Estado é um sensível enfraquecimento da administração direta, deteriorando a capacidade da mesma quanto a formulação de políticas” (2015, p. 03) (grifo original do autor).

Desse modo, toda ação a ser realizada pela administração pública deve obedecer aos princípios que a norteiam, e que estão citados no art. 37 da Constituição Federativa do Brasil. Tais princípios são conceituados por Wright, Kroll e Parnel (2016, p. 13) (Tab. 01):

**TABELA 01 – PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Legalidade	Está associada à administração pública em toda sua atividade, presa aos mandamentos da lei, deles não podendo se afastar, sob pena de invalidade do ato e responsabilização do seu autor.
Impessoalidade	Qualquer atividade de gestão pública deve ser dirigida a todos os cidadãos, sem a determinação de pessoa ou discriminação de qualquer natureza.
Moralidade	Os atos e as atividades públicas devem obedecer aos princípios morais.
Publicidade	Este princípio torna obrigatória a divulgação dos atos, contratos e outros documentos da administração pública para conhecimento, controle e início dos seus efeitos. Em geral, são utilizados Diários

	Oficiais.
Finalidade	Impõe-se à administração pública a prática de atos voltados para o interesse público.
Continuidade	Os serviços públicos não podem parar, pois as necessidades da população não param. Existem dispositivos legais que dão direito ao consumidor de ser ressarcido por empresas prestadoras de serviços públicos na falta ou inadequação dos serviços.
Indisponibilidade	O detentor da disponibilidade dos bens e direitos públicos é o Estado, e não seus servidores.
Igualdade	Todos os cidadãos são iguais perante a lei e, portanto, perante a administração pública.

Adaptado: Wright, Kroll; Parnel (2016).

Diante disso, a administração pública ao seguir esses princípios instituídos em lei, que visam à elevação do desempenho dos organismos públicos, conseguirá a obtenção de resultados e a satisfação do cidadão. Salienta-se que a satisfação do cidadão deriva-se da prestação dos serviços públicos com qualidade e eficiência, para tal ação precisa-se fazer uso da Gestão Estratégica na administração pública, de modo que sejam desenvolvidos os métodos a serem utilizados visando o alcance da supramencionada satisfação.

Salienta-se também quanto à importância da transparência do Estado que efetiva-se por meio do acesso do cidadão à informação governamental, o que torna mais democrática as relações entre o Estado e a sociedade civil, e contribui para a consolidação da democracia no país (PEREIRA, 2015).

### 3. MATERIAL E MÉTODOS

Com o intuito de identificar procedimentos metodológicos aplicáveis às ciências sociais, particularmente, à Administração, observou-se que diversas tipologias de delineamentos de pesquisas são preconizadas por diferentes autores (Beuren *et al.*, 2016). Neste trabalho, se utilizou a pesquisa qualitativa, que Vergara descreve como aquela que:

Expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação (2009, p. 42).

No tangente à formulação dos objetivos, utilizou-se da pesquisa bibliográfica, que Vergara (2009, p. 43) define como “o estudo

sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral”.

Também, foi utilizada a tipologia de pesquisa exploratória, que Beuren *et al.* vinculam ao tipo de pesquisa em que há pouca disponibilidade de conhecimentos e literatura sobre o tema pesquisado, implicando que:

Por meio do estudo exploratório, busca-se conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa. [...] explorar um assunto significa reunir mais conhecimento e incorporar características inéditas, bem como buscar novas dimensões até então não conhecidas. O estudo exploratório apresenta-se como um primeiro passo no campo científico, a fim de possibilitar a realização de outros tipos de pesquisa acerca do mesmo tema, como a pesquisa descritiva e a pesquisa explicativa (2016, p. 80-81).

Utilizou-se o método dedutivo, por essa via Gil destaca em seus estudos que é um método que “parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica” (2012, p. 27).

#### **4. APLICAÇÃO DO ESTUDO**

Entende-se por gestão pública o ato de administrar, gerir uma instituição que promova a participação de todos os atores envolvidos no processo educacional de forma democrática, para que assim ocorra a busca pela melhoria do ensino. Ela vem substituir o autoritarismo empregado durante décadas, envolvendo todos os segmentos sociais que compõem a escola, para proporcionar uma reflexão quanto ao papel do gestor na busca de uma escola pública de qualidade (SANTOS, 2016).

Luck conceitua gestão como sendo:

Um processo de mobilização de competência e da energia de pessoas coletivamente organizadas para que, por sua participação ativa e competente, promovam a realização, o mais plenamente possível, dos objetivos de sua unidade de trabalho, no caso, os objetivos educacionais (2016, p. 21).

Esse modelo de gestão tem se tornado na área educacional um dos motivos mais frequentes para reflexões, debates e iniciativas públicas, a fim de dar sequência a um princípio presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB<sup>2</sup>. Dentre os princípios na referida lei o PPP é indispensável para a elaboração de uma proposta pautada nos trâmites democráticos. De acordo com a LDB/96:

Art. 14 - A elaboração da proposta pedagógica deve contar com a participação dos profissionais da educação, na construção de projetos educacionais articulados com as políticas nacionais, levando em consideração a realidade específica de cada instituição de ensino.

Outro componente básico referido no artigo é a constituição do Conselho Escolar, formado com membros de todos os segmentos da comunidade escolar cuja função é gerir coletivamente a escola, fiscalizando a verba com transparência na prestação de contas, de acordo com Paula e Schneckenberg:

Uma gestão escolar democrática, a própria palavra nos diz, promove a redistribuição de responsabilidades, ideia de participação, trabalho em equipe, decidir sobre as ações que serão desenvolvidas, analisa situações e promove confronto de ideias, procura-se, assim, o êxito de sua organização, através de uma atuação consciente (2013, p. 10).

Partindo desse princípio, é preciso que a escola reflita o seu papel em busca de formar cidadãos críticos, participativos e atuantes na sociedade em que vivem e serem capazes de enfrentar o mercado de trabalho como realização profissional através de atitudes solidárias e respeito ao próximo. Pensando em um modelo de escola democrática, gestores e docentes devem proporcionar um espaço de intercâmbio de saberes e delegação de poder em prol da aprendizagem significativa do aluno.

A escola como instituição social, cultural e humana demanda que cada pessoa envolvida tenha a sua função definida num processo de participação ativa para o desenvolvimento das propostas a serem

---

<sup>2</sup> A LDB proporciona novas possibilidades educativas, cabe à escola buscar os elementos necessários para rever suas concepções, componentes e matrizes curriculares, conteúdos, metodologias, estratégias, recursos e avaliações. A força das transformações sociais e da realidade educacional exige da escola a constante atualização das ações didático-pedagógicas que deverão ser diversificadas e enriquecedoras, visando sempre à reconstrução dos saberes, do saber fazer e do ser. É possível associar às diversas concepções educacionais, respeitando-se a natureza do conhecimento, do contexto sócio-cultural e da necessidade de aprendizagem dos alunos (MORAES, 2013).

realizadas. Partindo desse princípio a escola necessita rever a ação do gestor escolar com o intuito de promover a gestão democrática como prática mediadora do trabalho pedagógico. Nesta perspectiva a gestão democrática baseia-se em alguns princípios interligados para que a participação ocorra de forma efetiva (SANTOS, 2016).

#### **4.1 RESULTADOS**

Com realização dos estudos nas instalações de uma escola da rede municipal de ensino na cidade de Manaus/AM, foi possível nos depararmos com a acessibilidade arquitetônica da instituição. Segundo o Ministério da Educação/MEC por meio da Secretaria de Estado da Educação Especial/ SEESP e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/ FNDE, implementa o programa Escolar Acessível, que objetiva a promoção da acessibilidade e apoio à inclusão escolar dos alunos público-alvo da educação especial em classes comuns de ensino regular.

Através dessas medidas a escola em estudo, procurou promover condições de mais acessibilidade ao meio físico, na utilização de recursos didáticos e pedagógicos para atender melhor seus alunos. Conforme destaca-se nas imagens (Fig. 01-04) e nas plantas baixas abaixo (Fig. 05-06):



**Figura 01. Área de alimentação**  
Imagem: Autora (2019).



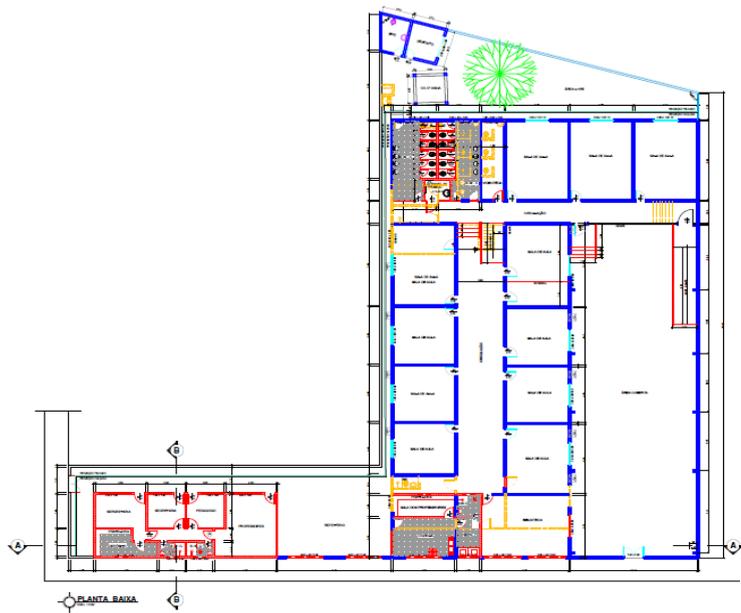
**Figura 02. Jardim**  
Imagem: Autora (2019).



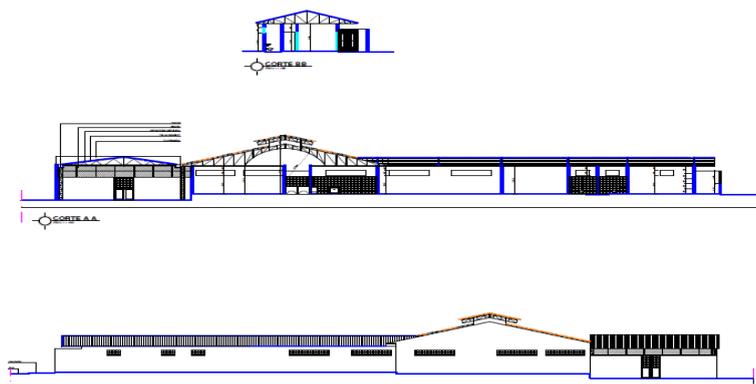
**Figura 03. Laboratório de Ciências.**  
Imagem: Autora (2019).



**Figura 04. Entrada Principal.**  
Imagem: Autora (2019).



**Figura 05. Planta das instalações interna da Escola.  
Fonte: Própria da escola (2019)**



**Figura 06. Planta da parte externa da Escola.  
Fonte: Própria da escola (2019).**

As adaptações existentes na escola ocorreram de acordo com uma ação preventiva da coordenação, ou seja, não tem nenhum aluno deficiente matriculado, mas já existe a preocupação na realização das adaptações necessárias arquitetônicas para melhor atender.

## **4.2 DISCUSSÃO**

Retomando os objetivos deste trabalho, destaca-se que foi constatado que já existem muitos registros sobre acessibilidade nas legislações, porém não se percebe grandes atitudes em relação ao problema existente. Constou-se também, que com o passar do tempo, as legislações tem se tornado mais específicas e eficientes, e, o que falta ainda, são programas que tornem possível a acessibilidade nas escolas de Educação Infantil em Manaus.

Com as legislações e programas já existentes poucas são as mudanças percebidas de imediato, mas sabe-se que as futuras mudanças dependem daqueles que estão em relação direta com os alunos em situação de desvantagem.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A trajetória das leis e dos documentos oficiais que regem a educação infantil na cidade de Manaus demonstra que muitos avanços foram conquistados para que a educação infantil fosse reconhecida no quadro das políticas públicas, porém muitos desafios ainda se fazem presentes para que seja oferecida uma educação infantil de qualidade às crianças brasileiras.

A educação infantil no Brasil registrou muitos avanços nos últimos vinte anos. A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 a definiram como primeira etapa da educação básica, antecedendo o ensino fundamental, de caráter obrigatório, e o ensino médio. Essa ampliação do direito à educação a todas as crianças pequenas, desde seu nascimento, representa uma conquista importante para a sociedade brasileira.

As instituições de educação infantil são equipamentos educacionais e não apenas de assistência. Nesse sentido, uma das características da nova concepção de educação infantil reside na integração das funções de cuidar e educar. Toda educação visa levar o indivíduo ao progresso, ao pleno desenvolvimento de suas capacidades inatas e adquiridas de forma constante e dialética.

As instituições infantis são um dos contextos de desenvolvimento da criança. Além de prestar cuidados físicos, ela cria condições para o seu desenvolvimento cognitivo, simbólico, social e

emocional. O importante é que a instituição seja pensada não como instituição substituta da família, mas como ambiente de socialização diferente do familiar. Nela se dá o cuidado e a educação de crianças, que aí vivem, convivem, exploram, conhecem, construindo uma visão de mundo e de si mesmas, por isso a necessidade de um acessibilidade compatível junto a crianças.

No entanto, hoje não há previsão orçamentária ou dotação de recursos financeiros específicos para a educação infantil. E recursos são cruciais, de modo a que não tenhamos apenas uma conquista formal. Se as crianças são cidadãs e a educação infantil é seu direito, não destinar recursos é abrir mão de concretizá-lo; é negar esse direito às populações infantis. E o custo social deste descaso será inestimável. A formação cultural das crianças e seus professores é direito de todos, pois todos - crianças e adultos - são sujeitos históricos e sociais, cidadãos produzidos na cultura e criadores de cultura. Cidadãos que têm direitos sociais, entre eles o direito à educação.

## **6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- BRASIL. **Glossário**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012.
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC, 1994.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/96**.
- \_\_\_\_\_. **Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de Educação Infantil**. Brasília: MEC, 1998a.
- \_\_\_\_\_. **Referencial curricular nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998b.
- FILHO, Thomé Eliziário Tavares. **Dos saberes à prática pedagógica na Educação Infantil**. 2016. Disponível em: <<http://professorthometavares.com.br>>. Acessado em: 26.OUT.2019.
- GIL, Antonio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- LÜCK, Heloísa. *et al.* **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

MORAES, Elis Regina de Freitas. **Projeto Político Pedagógico**. Aracajú: Colégio Purificação, 2013.

PAULA, Roseli Lopes de; SCHNECKENBERG, Marisa. **Gestão escolar democrática: desafio para o gestor do século XXI**. In: Revista Eletrônica Latu Sensu. 3(1). 2013.

PEREIRA, José Matias. **Curso de Administração Pública: Foco nas instituições e ações governamentais**. São Paulo: Atlas, 2015.

SANTOS, Christiane Soní Costa da Cunha. **Gestão da escola pública: desafio para a consolidação de uma educação democrática e participativa**. [Artigo]. Três Rios, 2016.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

WRIGHT, Peter; KROLL, Mark J.; PARNELL, John. **Administração Estratégica: Conceitos**. Tradução: Celso A. Rimoli e Lenita R. Esteves. São Paulo: Atlas, 2016.